ENEM EM LIBRAS E A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PELO OLHAR DOS SURDOS

Enem Exam Applied In Brazilian Sign Language And The Basic Education Evaluation Through The Point Of View Of The Deaf Communitty

TREVISAN, Sueli Fioramonte
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

RESUMO: O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a mais expressiva avaliação do Brasil. Ele se coloca como porta de entrada em diversos cursos e universidades no nosso país. A partir de 2017 esse exame teve a tradução da prova, que é em português, para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), servindo como recurso de acessibilidade para atender ao direito linguístico das pessoas surdas sinalizadoras. Queremos nesse artigo abordar questões voltadas ao Enem e a acessibilidade linguística dele para os surdos por meio dos resultados de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso no Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa (TILSP), realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O trabalho analisou por meio da fala de participantes surdos, se a nova proposta do Enem foi suficiente para assegurar igualdade de condições de ingresso deles no ensino superior. Na pesquisa os dados apontaram para a ausência de práticas educativas contemplando avaliações em Libras na educação básica, o que impediu o sucesso de realização do Enem. Para as análises fizemos uso das teorias de Bakhtin, Vygotsky e de autores dos Estudos Surdos. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e descritiva com estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas. Embora os participantes surdos indicassem dificuldades da realização da prova e falta de repertório conceitual para fazê-la, demonstram também a satisfação de ter o exame traduzido na sua língua. Os relatos de dificuldades na educação básica e a ausência de provas em Libras foram pontos de destaques dos entraves para seu sucesso no Enem. A pesquisa apontou a necessidade de revisão das bases educacionais para uma efetiva inclusão educacional das pessoas surdas, ampliando suas práticas e experiências enunciativas em Libras. A mudança curricular com práticas bilíngues produzirá efetiva inserção dos surdos no ensino superior e consequentemente a acessibilidade linguística que almejam.

Palavras-chave: Enem. Libras. Gênero textual.

Abstract: The National High School Exam (Enem) is the most expressive evaluation in Brazil. It stands as a gateway to various courses and universities in our country. As of 2017, this exam had the translation of the test, which is in Portuguese, into the Brazilian Sign Language (Libras), serving as an accessibility resource to meet the linguistic rights of deaf signers. In this article, we want to address issues related to Enem and its linguistic accessibility for the deaf through the results of a job search at the Bachelor's Degree in Translation and Interpretation in Libras and Portuguese Language (TILSP), held at the Federal University of São Paulo. Carlos (UFSCar). The work analyzed, through the

speech of deaf participants, whether the new proposal from Enem was sufficient to ensure equal conditions for them to enter higher education. In the survey, the data pointed to the absence of educational practices contemplating assessments in Libras in basic education, which prevented the success of the Enem. For the analyzes we used the theories of Bakhtin, Vygotsky and authors of Deaf Studies. It was an exploratory and descriptive qualitative research with a case study, with semi-structured interviews. Although the deaf participants indicated difficulties in taking the test and lack of conceptual repertoire for taking it, they also demonstrate the satisfaction of having the exam translated into their language. The reports of difficulties in basic education and the lack of evidence in Libras were highlights of the obstacles to its success at Enem. The research pointed out the need to review the educational bases for an effective educational inclusion of deaf people, expanding their enunciative practices and experiences in Libras. The curricular change with bilingual practices will produce an effective insertion of the deaf in higher education and consequently the linguistic accessibility they desire.

Keywords: Enem. Sign language. Textual genre.

INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos ocorreram mudanças para os interessados em continuar os estudos a partir da formação no ensino médio, por exemplo, a utilização da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passou a ser a principal forma de ingresso nas universidades federais e estaduais, assim como nos institutos federais por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), substituindo o vestibular na maioria das universidades brasileiras, bem como a possibilidade de acesso a bolsas de estudos em universidades privadas, por isso, o Enem é um exame que chama a atenção de milhares de estudantes brasileiros. De acordo com os dados do Inep, em 2015 foram 7.746.118 inscritos, em 2016, 9.276.328 e em 2017, 7.603.290. A partir de 2017 a prova do Enem passou a ser ofertada em videolibras[1], havendo 1.897 candidatos surdos que optaram por fazê-la. Essa importante mudança passou a ser obrigatória, a partir de 2015, depois de muito empenho das entidades representativas da comunidade surda, como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), que entrou com uma ação civil pública, ajuizada na 11ª Vara Federal de Curitiba (*SOCEPEL, 2015*), resultando na conquista de mais este

[1] Termo utilizado pelo MEC para designar a prova do Enem em Libras.

direito. De acordo com Rezende (2020)[2] a primeira de muitas audiências da Feneis para discussões sobre a necessidade de o Enem ser traduzido para Libras, foi em maio de 2013, no Inep. No começo o Inep negou o pedido, então, em maio de 2014 a Feneis entrou com ação judicial, que foi vitoriosa. Assim, para viabilizar a parte técnica, incluíram a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) nas negociações. A exigência iniciou-se em 2015, no entanto, apenas em 2017 a prova do Enem foi disponibilizada em videolibras, proporcionando ao candidato surdo a opção de três recursos para a realização da prova, podendo requerer: 1) um profissional tradutor-intérprete de libras, 2) uma hora adicional para realização da prova e 3) a prova em videolibras. De acordo com a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação (BRASIL, 2017) " o candidato deve escolher um dos três recursos no ato da inscrição." Estas conquistas são recentes e muito importantes para a comunidade surda, contudo, são necessárias políticas públicas na educação básica que ofereça ensino bilíngue de qualidade (REZENDE, 2020). Outro ponto que devemos aprofundar as discussões é acerca do conhecimento do gênero prova em Libras, das práticas desse gênero na educação básica, bem como dos processos de tradução destas provas; assim como expõe, Reichert (2015, p. 32)

> *Nós, surdos, estamos tendo acesso a provas em Libras depois de adultos, e isso evidencia a importância de pensarmos de forma mais aprofundada a atividade de tradução das provas para a Libras, a partir da perspectiva surda e das experiências educacionais que devem ser constituídas já na educação básica.*

A oferta da prova do Enem em Libras é sem dúvida um progresso em prol da educação e garantia de direito linguístico ao cidadão surdo, todavia, é importante observar se esta nova proposta é suficiente para promoção da acessibilidade, ou seja, como via funcional para assegurar igualdade de condições de acesso a esse nível de ensino. Temos evidenciado a ausência de

[2] Patricia Rezende é surda e fez uma apresentação acadêmica na II Roda de Conversa virtual (01/07/2020) realizada pela Universidade Federal de São Carlos. O evento teve como pauta a educação bilíngue de surdos e o momento da pandemia. A pesquisadora apresentou dados do Enem e por meio de sua fala sinalizada trouxemos novos elementos que de articulam à nossa discussão. Link para acesso ao evento: https://www.youtube.com/watch?v=-9iwYnZH0Oo

práticas educativas que contemplem o gênero prova em Libras na educação básica (TREVISAN, 2019).

Esse artigo objetiva tratar de questões voltadas ao Enem para surdos olhando aspectos da acessibilidade linguística que ele se propõe. Para isso traremos resultados de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso realizada no Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa (TILSP), realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A pesquisa de TCC que será aqui apresentada se coloca como ponto fundamental para nossa reflexão. Os dados da pesquisa emergiram a partir da perspectiva de participantes surdos que realizaram a prova do Enem em Libras, em 2017 e 2018. Na pesquisa de TCC objetivou-se verificar quais as análises de surdos que fizeram o exame, em relação à oferta da prova em Libras, se se sentiram contemplados na prova sendo favorável ao seu acesso no ensino superior. Com os dados a questão do gênero prova em Libras na educação básica foi outro ponto a ser investigado. Isso se deu com a aparição repetida de falas dos participantes acerca da ausência de avaliações em Libras na sua escolarização e, mais com os limites de acesso ao conteúdo da educação básica em Libras. Esses pontos foram postos como entraves para o entendimento do funcionamento da prova do Enem, esse gênero, mesmo que sendo ofertado em Libras.

Para expor nossos estudos e trazer considerações sobre a pesquisa e a temática abordada dividimos este artigo em quatro partes. Na primeira, apresentamos um breve relato da história da educação dos surdos para contextualização dos desafios atuais, bem como aceno ao reconhecimento legal da Libras e dos direitos linguísticos das pessoas surdas, de modo a garantir a aplicação dos exames nacionais nesta língua. Na segunda seção, apresentamos questões relacionadas ao *status* da Língua portuguesa nas práticas educacionais, com enfoque na educação básica apontando em qual língua as avaliações escolares na educação básica tem se dado. Na terceira seção detalhamos os procedimentos e as ferramentas utilizadas para a realização dessa investigação e análise dos dados obtidos, descrevemos os participantes, bem como apresentamos os conceitos-chave de teorias que nortearam nossos estudos. Na seção final, apresentamos as análises realizadas, já com nossas considerações, a partir das informações obtidas das entrevistas, articulando-as

com as teorias de língua e linguagem, bem como de gêneros textuais, propostas pelo Círculo de Bakhtin (1992; 2003); assim como a teoria histórico-cultural de Vygotsky, da obra *Pensamento e Linguagem* (1989) e dos autores dos Estudos Surdos (SKLIAR, 2005; QUADROS, 2006; LACERDA, 2010; MARTINS, 2013).

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS E O RECONHECIMEMNTO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: ASPECTOS NECESSÁRIOS PARA A ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA DE SURDOS

A partir da publicação em 529, do Corpus Juris Civilis, o Código de Justiniano, o surdo poderia ser autônomo, tratando ele mesmo de questões relacionadas a sua vida, como informa Moores (1987), citado por Souza (1996, p. 157)

> *ao tomar como parâmetro a expressão escrita, previa a possibilidade de o surdo tratar dos próprios assuntos e administrar as próprias heranças se pudesse se comunicar pela escrita (...) Ser letrado, a partir daí, possibilitaria ao surdo administrar a própria vida, sendo essa, inclusive, a única oportunidade de ser considerado senhor de si.*

Mesmo este código tendo sido publicado no início do século VI, apenas por volta do final do século XVI, registram-se as primeiras propostas de educação de surdos, pois antes deste período eles eram considerados incapazes de aprender. Fato apresentado por Lacerda (1998, sem paginação) quando menciona que “é no início do século XVI que se começa a admitir que os surdos podem aprender através de procedimentos pedagógicos sem que haja interferências sobrenaturais”. Inicialmente estes estudos eram focados no aprendizado da escrita e na leitura e posteriormente, na fala. O monge beneditino Pedro Ponce de Leon é citado na história como o primeiro professor de surdos. Os educadores desta época não compartilhavam os seus conhecimentos e métodos, com isso, surgiram pelo menos duas formas de educação de surdos: o oralismo e o gestualismo. Os oralistas propunham que os surdos se comunicassem com os ouvintes por meio de uma língua falada oralmente, para serem aceitos e reconhecidos socialmente; já os gestualistas eram mais tolerantes e permitiam que os surdos utilizassem uma forma de comunicação diferente da oralização, como gestos. Assim, essas são duas formas diferentes

de educação de surdos, que se verificam presentes, inclusive, na realidade atual de educação de surdos (LACERDA, 1998; SOARES, 1999; ROCHA, 2015; CÂMARA, 2018). Um ponto importante apresentado por Souza (1996, p. 159) é que “apenas surdos provenientes de famílias abastadas tinham acesso à educação”. Principalmente por conta dos fins da educação, pois se era justamente para efeito de ter direito à sucessão e herança, não faz sentido acreditar que a educação dos surdos seria uma educação para todos. Outros educadores importantes de surdos atuaram no final do século XVIII: Charles-Michel de L'Épée era educador francês e terapeuta da fala, conhecido hoje como o “pai dos surdos”, porque ele criou a primeira escola pública de surdos no mundo. L'Épée aprendeu a língua de sinais dos surdos de Paris e a partir daí criou os “sinais metódicos’’ com o objetivo de ensinar o francês escrito para os surdos (SOUZA, 1996). E ele, diferente dos pedagogos anteriores, difundia os seus métodos e propunha discussões sobre os trabalhos e seus resultados.

Sobre a língua de sinais, Campos e Góes (2013, p. 67) apresentam que ela “já existia antes de Cristo e está presente em muitas histórias no mundo todo, desde tempos remotos até os dias de hoje”. Entretanto, os registros formais acerca desta modalidade visual gestual de comunicação se dão apenas por volta do século XVI a partir dos trabalhos dos pedagogos com a educação dos surdos. No Brasil, a educação dos surdos foi institucionalizada a partir de 1857, no Rio de Janeiro, com a fundação do Instituto dos Surdos Mudos[3], hoje conhecido como INES (Instituto Nacional de Educação para Surdos). Com a implantação desse Instituto, alguns surdos do Brasil começaram a ter acesso à educação com as mesmas metodologias do ensino de surdos da França e posteriormente foram sendo instaladas outras escolas de surdos no país.

Ainda sobre as línguas de sinais e a educação de surdos, em 1878, em Paris, foi realizado o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, havendo debates acerca das práticas e resultados dos trabalhos realizados até então. Já em 1880, em Milão, foi realizado o II Congresso Internacional com grandes discussões sobre a educação de surdos, em que a maioria dos participantes eram oralistas e vinham com a ideia de defender o método alemão para a educação de surdos. Como a maioria dos membros do evento defendia o

3 Surdos Mudos é a denominação antiga conferida à pessoa surda.

oralismo, as línguas de sinais foram proibidas a partir deste congresso. Assim, no mundo todo, a partir do Congresso de Milão, o oralismo foi o referencial assumido e as práticas educacionais vinculadas a ele foram amplamente divulgadas e desenvolvidas. Este foi um acontecimento marcante na história da educação dos surdos, causado principalmente porque essas línguas não têm o mesmo *status* das línguas majoritárias, das línguas oficiais dos países de origem, por exemplo. No entanto, não se pode imaginar que em um evento foi tomada uma decisão tão importante no campo da educação dos surdos, mas sim que já ocorriam discussões e até decisões e acontecimentos anteriores, assim como evidenciado na afirmação de Skliar (2010, pp.16-17):

> *Ainda que seja uma tradição mencionar seu caráter decisivo, o Congresso de Milão, de 1880 – onde os diretores das escolas para surdos mais renomadas da Europa propuseram acabar com o gestualismo e dar espaço à palavra pura e viva, à palavra falada – não foi a primeira oportunidade em que se decidiram políticas e práticas similares. Essa decisão já era aceita em grande parte no mundo inteiro. Apesar de algumas oposições, individuais e isoladas, o referido congresso constituiu não o começo do ouvintismo e do oralismo, mas sua legitimação oficial*

O fato é que as línguas de sinais foram proibidas em muitos países. Todavia, com o passar dos anos, os métodos orais foram muito criticados, principalmente pelos norte-americanos, pois o oralismo apresenta limites, especialmente aos surdos profundos, mesmo com o avanço tecnológico e o uso de próteses. Essas críticas e os fatos acarretaram questionamentos e problemas para este método. Paralelo a isso surgiram novas pesquisas sobre as línguas de sinais e, por volta de 1960, os estudos linguísticos de Willian Stokoe sobre a língua de sinais americana oportunizou a essas línguas, inclusive à (Libras), o futuro *status* de língua; assim como destacado por Lacerda (1998, sem paginação), "ao estudar a Língua de Sinais Americana (ASL), Stokoe encontra uma estrutura que, de muitos modos, se assemelha àquela das línguas orais". O avanço desses estudos acadêmicos, bem como a promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela ONU em 2006, que é um documento de referência para muitos militantes que buscam justiça e equidade sociais para as pessoas com deficiência e das lutas das comunidades surdas, culminou com a publicação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, a qual

> *oficializa a Libras como a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil* (BRASIL, 2002).

Desse modo, os surdos no Brasil passam gradativamente a serem reconhecidos como pessoas que utilizam outra forma de comunicação, a Libras, e considerados bilíngues (Libras/Língua Portuguesa). Com isso, intensificam-se as lutas da comunidade surda em defesa da educação em classes ou escolas bilíngues passando a serem implementadas, conforme explicam Martins; Lacerda (2016, p. 170) "ao apontar a necessidade de escolas ou classes bilíngues, o decreto afirma a possibilidade tanto de alunos surdos quanto ouvintes frequentarem essas salas, mas reitera que sala bilíngue é aquela a qual tem a Libras como língua de instrução". Assim, para que os surdos tenham garantidos os seus direitos e sejam incluídos socialmente, é necessário que as práticas educacionais primem pelo uso da língua de sinais e pela presença de surdos adultos em todo o processo de formação destes estudantes (LODI et al, 2014). Nesse seguimento, pesquisadores e grupos de surdos (CAMPELLO; REZENDE, 2014; MARTINS; LACERDA, 2016) consideram esta a melhor alternativa para o desenvolvimento e aprendizado do aluno surdo; inclusive com presente militância, como se pode concluir com excerto da carta aberta ao Ministro da Educação, elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros[4], na qual expõe Campello, (et al 2012, p. 82)

> *Todos os pesquisadores sérios proclamam que as ESCOLAS BILÍNGUES PARA SURDOS, cujas línguas de instrução e convívio são a Libras (L1) e o Português escrito (L2), são os melhores espaços acadêmicos para a aprendizagem e inclusão educacional de crianças e jovens surdos.*

Portanto, ao considerar as especificidades linguísticas dos alunos surdos, compreende-se que o modelo de escola inclusiva atual, em grande medida não vem atendendo a este alunado. Em muitas práticas escolares não se oportunizam condições adequadas para a interação dialógica em Libras nem para a apreensão de conhecimento por ela (pelos alunos surdos), pois não se

4 Demais colaboradores da redação da carta aberta: Gladis Terezinha Taschetto Perlin, Karin Lilian Strobel, Marianne Rossi Stumpf, Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Rodrigo Rosso Marques e Wilson de Oliveira Miranda.

tem a presença de docentes bilíngues e grupo de alunos surdos na escola. Essa parte histórica nesse artigo é fundamental para situar o leitor sobre a problemática trazida pelos participantes surdos, nas análises realizadas, que versam sobre os limites da educação básica, a falta de instrução em Libras, e as barreiras ainda existentes no campo da educação. Ao que relatam na pesquisa destacamos que mesmo com um exame em Libras como o Enem, a acessibilidade linguística aos surdos, na educação, está bem longe de ser conquistada. Isso se dá pela incompreensão ainda presente sobre a importância desta língua na constituição subjetiva e para a construção de conteúdos escolares. A não vivência do gênero de avaliações em Libras e sua efetiva presença no currículo de escolas inclusivas, mesmo com propostas bilíngues, se colocam como entraves para a realização e o sucesso da avaliação em Libras no Enem.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISES DA PRESENÇA DA LIBRAS NESTE CENÁRIO

Atualmente as avaliações de aprendizado no Brasil fazem parte de um conjunto de ações que a escola estabelece e utiliza para refletir acerca das situações de ensino que estão sendo oferecidas no ambiente educacional para, caso seja necessário, fazer ajustes; já que as avaliações oferecem condições de entender as dificuldades que os alunos ou as turmas enfrentam sobre determinado assunto, disciplina ou tema estudado. De acordo com Hoffmann (1992, p. 18)

> *A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educador, na sua trajetória de construção na qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação.*

Portanto, os processos avaliativos não são apenas aplicações de provas e distribuição de notas, são processos importantes que devem e fazem parte da vida de todos os estudantes e assim da educação brasileira. Uma das preocupações surgidas com esta pesquisa foi justamente sobre as propostas de avaliação dos aprendizados, especificamente dos alunos surdos, na educação básica; suscitando a seguinte questão: as avaliações

de rendimento escolar na educação básica oferecem práticas com o gênero prova em Libras como se vê no Exame Nacional do Ensino Médio, que avalia o ensino médio e possibilita o ingresso no ensino superior, assim como os vestibulares de algumas universidades públicas como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)? Como atualmente há presente um discurso de que a acessibilidade linguística em exames favorece a prática inclusiva, a questão é se a escola tem oportunizado espaço de construção do conhecimento do gênero prova em Libras. A educação vem oferecendo exames avaliativos nessa modalidade na educação básica como preparatório para estes processos seletivos posteriores, mas de que modo essa ação se implanta na educação básica? Ocorre como para os alunos ouvintes, contato com tal gênero durante toda a sua formação? Para os pesquisadores e militantes surdos os processos educacionais, assim como as avaliações dos conhecimentos e aprendizados devem priorizar o uso da Libras, considerando que os ensinamentos foram realizados nesta língua.

Entendemos que para haver igualdade de condições na formação dos alunos surdos e ouvintes, é preciso observar se toda a trajetória de formação do aluno surdo ocorre em língua de sinais, inclusive as avaliações; já que estas compõem a educação de modo geral e que os alunos surdos têm especificidades linguísticas que precisam ser consideradas, assim como apresentam Ramos; Lacerda

> *a avaliação é parte do fazer escolar, logo, em um processo avaliativo que sugere reconhecer a diferença surda, bem como os aspectos que envolvem a construção do conhecimento por alunos surdos, as avaliações necessitam ser organizadas considerando-se, sobretudo, a língua de sinais, a visualidade do sujeito surdo e a sua dificuldade em acessar o Português como segunda língua (2016, p. 820).*

Sabe-se que além das avaliações preparadas e aplicadas pelos professores nas escolas existem exames nacionais para avaliações das escolas, as quais consideram o rendimento escolar dos alunos brasileiros. Essas provas são separadas por níveis e são organizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990 e vem sendo reestruturado. Este Sistema, de acordo com o MEC (BRASIL, 2019, sem

paginação) é "um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado". Estas avaliações são a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e em 2013, foi criada a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Na terceira edição da ANA, houve uma versão inclusiva, a qual, de acordo com Eunice Santos, diretora de gestão e planejamento do Inep; contou com “ensalamento diferenciado, provas superampliadas e em braile, além de provas traduzidas para vídeo libras. [...] esse esforço é fundamental para garantir o diagnóstico da alfabetização brasileira” (BRASIL,2019, sem paginação). No entanto, não houve outras edições desta prova e não encontramos informações se estes recursos serão utilizados novamente ou não.

Com o exposto acima, tanto sobre as avaliações realizadas pelas escolas como as aplicadas sob organização do Saeb, vemos centralidade da Língua Portuguesa, sendo ela vista como fundamental para o projeto educacional. Por isso, é preciso questionar se a prova em Libras faz parte do cotidiano escolar dos estudantes surdos ou se isso ocorre apenas no momento da avaliação nacional, e assim as possíveis dificuldades enfrentadas talvez não sejam efetivamente com os conteúdos das disciplinas apresentados nas provas e sim com os recursos estranhos a elas, ou seja, a não familiaridade com esse gênero em Libras.

Em estudos como estes, bem como nas leituras e discussões nas disciplinas do referido bacharelado, percebe-se nas práticas educacionais, inclusive nas avaliações, que o uso da Libras é mais como uma ferramenta que objetiva o acesso à Língua Portuguesa. De modo geral, quando vemos trabalhos de gêneros variados em Libras são usados vídeos com contações de histórias focando em fábulas, histórias infantis, contos, piadas, levando em consideração a estrutura desses gêneros na Língua Portuguesa e não adensando a organização temática que tais produções teriam na língua de sinais. Há certa carência de estudo de gêneros na Libras, bem como do uso de mídias distintas para fazer o aluno refletir nas produções possíveis na língua de sinais e suas formas de aparição. É de se esperar um desempenho

ruim nas avaliações mesmo em Libras, pelo aluno surdo, pensando que tais modos de avaliação não haviam sido apresentados anteriormente. Essa reflexão nos auxilia na problematização sobre os mecanismos de avaliação de surdos para mensurar seu desempenho educacional.

O Exame Nacional do Ensino Médio, que segundo a Assessoria de Comunicação Social do Inep, é um exame que "permite aferir o domínio das competências e das habilidades esperadas ao final da educação básica" (BRASIL, 2019, sem paginação), foi criado em 1998, pelo Ministério da Educação (MEC) para verificar o conhecimento apresentado pelos estudantes que estavam terminando ou que já haviam concluído o ensino médio. No entanto, no decorrer dos anos, o objetivo desta prova foi mudando, e a partir de 2010 as universidades federais e estaduais, assim como os institutos federais começaram a utilizar a nota do Enem para ingresso em seus cursos, sendo instituído o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Com isso, atualmente, a prova do Enem substitui o vestibular para ingresso na maioria das universidades brasileiras e em cursos superiores tecnológicos, bem como proporciona o acesso a bolsas de estudos por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni)[5], para pessoas que comprovem renda baixa, em instituições privadas de ensino superior e, por fim, possibilita o financiamento de cursos também em instituições privadas por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)[6]. Portanto, esta é uma prova essencial para os estudantes brasileiros, que a partir de 2017 foi disponibilizada em videolibras, sendo esse um avanço importante na educação dos surdos. Todavia, a prova tem como intuito avaliar qual o sucesso do estudante na apreensão dos conteúdos básicos ensinado na educação básica e avaliado como requisito fundamental para seu ingresso no ensino superior.

Assim, os alunos são submetidos a um processo escolar que os coloca em vivências que os preparam para lidar com situações de avaliação como a do Enem (pelo menos isso é o que se deseja). Portanto, além de ter o exame

5 O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Informações disponíveis em http://prouniportal.mec.gov.br/. Acesso dia 20/04/2018.

6 O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Informações disponíveis em http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies. Acesso dia 20/04/2018.

em Libras importa saber como o aluno teve acesso ao conteúdo porque nos parece que sem ele a tradução da prova em Libras do Enem não possibilita a inserção real do estudante surdo – ou melhor, lhe promove uma angustia ainda maior ver em sua língua questões e temáticas que não lhes são familiar. Tanta expressividade e progressos chama-nos a atenção e nos instiga a aprofundar no entendimento dessas pautas e por isso os dados da pesquisa de TCC e seus resultados podem auxiliar no avanço de estudos dessa natureza.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PARA A INVESTIGAÇÃO DO TCC COMPARTILHADO NESTE ARTIGO

Com o intuito de focar o debate nas formas de avaliação do aprendizado dos alunos surdos, adotamos esse trajeto na pesquisa de TCC com o desejo de verificar, a partir das falas dos praticantes surdos entrevistados, como a avaliação destes alunos se deram em práticas cotidianas da educação básica e em que medida a falta de acessibilidade linguística estava apenas no Enem. Essa proposta teve como foco a verificação do uso ou não do gênero, prova em Libras, na educação básica. Entendemos esse elemento como importante para nosso estudo e para a compreensão da pauta: acessibilidade linguística e ingresso no ensino superior – dada a relação favorável de acesso aos conteúdos da educação básica, avaliados no exame. A hipótese da pesquisa no momento estava acerca do entendimento que a tradução da prova em Libras, vídeo-gravada no Enem, não daria conta de atender às demandas de acesso do alunado surdo ao ensino superior, mesmo que isso tenha sido colocado como bandeira para sucesso do ingresso de surdos na universidade.

Para esse movimento optamos pela entrevista semiestruturada com sujeitos surdos que fizeram o Enem (2017 e 2018) de modo que pudessem narrar suas expectativas e os entraves, se existiram alguns neste processo de realização da avaliação nacional. Para tanto, dispomos como base teórica os conceitos de língua e linguagem, bem como de gêneros textuais, proposto por Bakhtin, pois consideramos que a comunidade surda necessita de uma educação pautada no direito e no reconhecimento da Libras, que é a língua natural das pessoas surdas, bem como na premissa de que o conhecimento

prévio dos gêneros textuais, em específico o gênero videoprova em Libras, durante a educação básica, possibilita um melhor entendimento dos conteúdos, bem como tranquilidade no momento dos exames. Ademais, entendemos o sujeito como um ser sócio historicamente constituído, assim como a teoria histórico-cultural de Vygotsky, na obra Pensamento e Linguagem (1989), afirma que o desenvolvimento da criança se dá de maneira gradativa a partir da convivência social nas interações. Sendo assim, nesta perspectiva, o sujeito é visto como um organismo inteiro e ativo que tem seu pensamento construído gradativamente convivendo com sujeitos experientes, num ambiente histórico e social. Consideramos, portanto, que a partir da linguagem o sujeito desenvolve as funções superiores cognitivas e a comunicação é parte essencial do desenvolvimento dessas funções, e isso é o que distingue humanos de animais.

Góes, em pesquisas na área da surdez, baseando-se nos estudos deste teórico, afirma que “o desenvolvimento da criança surda deve ser compreendido como processo social, e suas experiências de linguagem concebidas como instâncias de significação e de mediação nas suas relações com a cultura, nas interações com o outro” (2012, p. 42). Tais conceitos foram fundamentais para a análise aqui realizada que entende a historicidade dos sujeitos e a qualidade da interação linguística como espaço de constituição de si e da relação do sujeito, sua língua e seu entorno. Deste modo, a qualidade do espaço educacional, com a inserção da Libras como língua de circulação e constitutiva de todas as práticas escolares, faz toda a diferença na relação do sujeito em processo de avaliação quando em uso de uma língua, ou de outra. Isso quer dizer que, se a escola não se apropria da Libras como língua de ensino e de avaliação, o desconhecimento desse gênero traz barreiras para a efetividade de tal processo. Outro campo teórico que entendemos necessário para refletir sobre educação do surdo no Brasil, pois consideram estes estudos do ponto de vista da diferença e não da falta, são os Estudos Surdos (SKLIAR, 2005; QUADROS, 2006; LACERDA, 2010; MARTINS, 2013), entendidos aqui conforme apresenta Skliar (2005, p. 29):

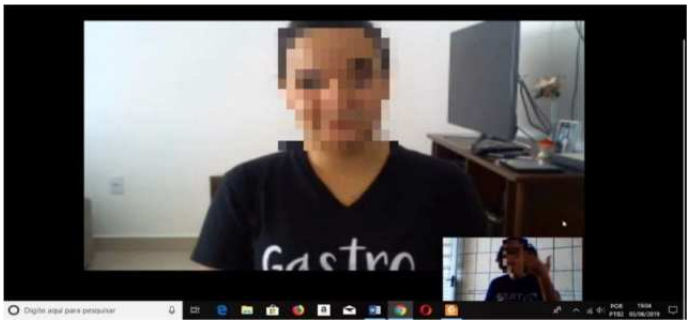
> Os Estudos Surdos em Educação podem ser pensados como um *território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação - e não uma apropriação - com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos.*

A abordagem adotada para a realização desta pesquisa apresentada foi qualitativa descritiva, na medida em que se buscou fazer uma explanação detalhada e analisa-se um fenômeno específico. Qualificamos como um estudo de caso: a educação de surdos, o exame nacional e sua importância como elemento de acessibilidade linguística e ponto resultante do ingresso de surdos no ensino superior. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, por meio da Plataforma Brasil com protocolo CAAE 03879418.5.0000.5504. Como passo inicial da pesquisa, realizamos um estudo bibliográfico e fizemos um vídeo em Libras, com legenda em português (bilíngue) para convidar surdos para contribuírem com este nosso estudo. O vídeo foi veiculado por meio da plataforma YouTube, em redes sociais e, com muitos compartilhamentos conseguimos quatro (4) participantes interessados na pesquisa. Optamos por usar letras para identificá-los (**A, B, C e D**). Segue breve caracterização deles: participante A - nasceu surda em uma família de ouvintes. Na pré-escola estudou em um grupo para surdos. Na metade 2004 para 2005 parou de participar de grupo de surdos e foi estudar numa escola inclusiva, em que os surdos e ouvintes estudavam juntos. Concluiu o ensino médio em 2012 e participou das edições do Enem em português em (2013 e 2014) e em Libras (2017), no Estado de São Paulo; o participante B - nasceu surda em uma família com outras pessoas surdas, por isso teve contato com língua de sinais desde bebê. Estudou em escola bilíngue e em escola inclusiva. Fez a prova do Enem apenas uma vez, em 2017, já com a versão em Libras e português; pois concluiu o ensino médio em 2016. Fez a prova no Estado de São Paulo; participante C - nasceu surdo e era o único surdo numa família de ouvintes que não sabia Libras. No ensino fundamental, estudou em escola regular sem intérprete e nunca participou de AEE e nem de escola bilíngue. No ensino médio, estudou no IFF (Instituto Federal Fluminense) e fez também o curso Técnico em Química nesta mesma instituição. Fez a prova do Enem três vezes, sendo a terceira vez em 2017, já com a versão em Libras e português, no Rio de Janeiro; o participante

D - nasceu nos Estados Unidos e tem um irmão gêmeo e os dois nasceram com surdez profunda numa família de ouvintes. Na educação básica aprendeu inglês escrito e Língua Americana de Sinais (ASL). Mora no Brasil há nove anos e aprendeu Libras em contato direto com amigos surdos. Fez a prova do ENEM apenas uma vez, em 2018, já com a versão em Libras e português, por curiosidade, no Estado de São Paulo. Como o número de interessados não foi grande, entrevistamos todos que se interessaram e que estavam dentro dos critérios estabelecidos: ter feito o Enem em Libras e ser surdo.

As entrevistas para coleta do *corpus* foram realizadas pela pesquisadora um (primeira autora) e foram feitas em Libras. Utilizamos o programa Open Broadcaster Software, que é um programa gratuito de gravação de vídeo com captura de tela, que salva os vídeos no computador para análise detalhada e criteriosa, fizemos ainda a tradução e transcrição dos dados.

Figura 1: Recorte da entrevista Fonte: Produzido pela autora



Fonte: Produzido pela autora

Assim, realizamos duas entrevistas com cada participante e ao final da primeira entrevista, avisamos que encaminharíamos um vídeo com uma questão da prova do Enem em Libras (2017), do primeiro dia - Prova de linguagens, códigos e suas tecnologias e redação.

Figura 2: Recorte da questão 6, na versão em Português e em videolibras



Fonte: Imagem recortada do site do INEP (Inep Oficial, 2017)

Em seguida, como as entrevistas foram realizadas em Libras, fizemos a tradução das falas destacando os pontos em comum sobre as provas para

avaliação posteriormente. As enunciações dos surdos foram traduzidas para a língua portuguesa e compõem os saberes balizadores dessa investigação. Apresentamos, a seguir, a análise de falas dos surdos trazidas no TCC e elemento norteador fundamental deste artigo.

ANÁLISE DO ENEM PELO OLHAR DOS SURDOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ENEM EM LIBRAS: DOS LIMITES AINDA PRESENTES PARA A ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E EDUCACIONAL DE SURDOS

Apresentamos aqui as análises realizadas a partir das informações obtidas das entrevistas com os participantes do Enem, articulando-as com as teorias de língua e linguagem, bem como de gêneros textuais, propostas pelo Círculo de Bakhtin (1992; 2003); assim como a teoria histórico-cultural de Vygotsky, da obra Pensamento e Linguagem (1989) e dos autores dos Estudos Surdos (SKLIAR, 2005; QUADROS, 2006; LACERDA, 2010; MARTINS, 2013; entre outros). Entende-se que as enunciações dos participantes, como elemento metodológico, ajudam de modo significativo na compreensão do campo e entendimento dos limites e melhorias necessárias tanto para a área da educação de surdos, como para a proposta de acessibilidade linguística com base nas traduções e inserção da Libras em exames nacionais como o Enem. A escuta dos protagonistas e usuários de tais recursos de acessibilidade nos auxiliam a problematizar reflexivamente trazendo inúmeras questões (velhas e novas) sobre esse campo de estudo, a saber, a educação de surdos.

O primeiro ponto discutido foi relativo à escolarização dos entrevistados, sendo eles: três brasileiros residentes na região Sudeste do Brasil e um estrangeiro também desta região que se mudou para o Brasil há nove anos. Observamos que as escolas dos três alunos surdos brasileiros ofereciam uma educação mais próxima do conhecido modelo de integração, desenvolvido no país entre os anos de 1950 e 1980, do que de inclusão conforme preveem as leis atuais, já que os alunos tinham que se adequar às condições precárias de acessibilidade disponibilizadas pelas escolas que frequentaram, conforme expressam os participantes A e C, respectivamente:

> *Na escola tinha intérprete, mas era muito difícil porque eu comecei na primeira série e só na quarta tinha um intérprete. Depois passei para a quinta e até na sétima*

> *série não tinha intérprete. Só foi ter na oitava série e durante o ensino médio (entrevista realizada em 2019).*
>
> *O professor era específico e não tinha intérprete, sentava do lado da mesa do professor que ia ensinando tudo. […] depois eu passei aqui no Instituto. Quando eu cheguei aqui eu vi que era muito diferente. O processo de inclusão aqui é forte tem um núcleo de acessibilidade aqui e esse núcleo me deu muito apoio e me influenciou muito, fez abrir minha mente para exigir os meus direitos, de solicitar intérprete (entrevista realizada em 2019).*

Essas falas demonstram as dificuldades encontradas durante a educação básica, com mostras de desencontros no cumprimento da legislação que prevê a presença do intérprete na escola.

Outra questão apontada pelos participantes e que buscamos refletir foi em relação à formação de conceitos e, baseando-nos nas ideias de Vygotsky, observamos que a mediação e o acesso aos conhecimentos estão se mostrando precários nas escolas e em espaços sociais e familiares de socialização, pela falta de repertório e interação efetivo na língua de sinais. Assim reiteramos essa discussão com a fala do participante C:

> *Porque o surdo não sabe conceitos, porque tem problemas do ensino básico, mas o surdo não tem culpa ele sabe, acompanha, mas parece que falta algo. A prova do Enem é uma prova muito importante e eu acho, principalmente, que o vocabulário ajuda ter o entendimento claro para o surdo […] uma palavra em português é aprofundada, mas em Libras faz só datilologia ou apenas o sinal, não explicam conceitos, por isso essa é a diferença que eu falei sobre ter o intérprete presencial nas provas anteriores, que eram só em português, em que o intérprete explicava vários conceitos e dava detalhes e o contexto da questão. Isso é diferente porque às vezes o surdo não sabe (entrevista realizada em 2019).*

O repertório conceitual é mais uma carência da educação básica, mesmo sabendo que as línguas de sinais possibilitam a produção de conceitos da mesma forma que as línguas orais. Na Live Roda de Conversa II - parte B - Educação bilíngue de surdos, Rezende se mostrou muito satisfeita com a possibilidade de os surdos realizarem a prova em Libras, mas enfatiza que a falta de educação bilíngue com uma boa estrutura na educação básica fez com que os alunos surdos não bom desempenho no Enem e isso demonstra que o problema não está no Enem em Libras e sim, na falta de ensino bilíngue na

escola (REZENDE, 2020). Esta questão levou-nos, ainda, à discussão sobre a falta de glossário em Libras de áreas específicas, o que está diretamente relacionada à formação de conceitos, já que os termos de áreas específicas ainda estão sendo construídos e aprofundados e isso foi mencionado tanto na fala do participante quanto de pesquisadores da área da surdez. Dessa maneira, deduzimos que a presença do surdo como estudante em áreas específicas e em níveis mais elevados de formação é relativamente nova porque as legislações que preveem recursos de acessibilidade a ponto de esse aluno chegar, por exemplo, no ensino superior são recentes e ainda não atingiram as pessoas surdas, a ponto de termos resultados expressivos e reinvindicações destes termos pelos estudantes.

No momento da avaliação do Enem, os participantes utilizaram os recursos apresentados na prova para entender sinais estranhos a eles, como por exemplo, a consulta ao caderno de questões no português escrito e a legenda que na prova do Enem foi utilizada em caso de ausência de sinais ou léxicos em Libras, de áreas específicas. No entanto, houve queixas sobre o aprofundamento dos conceitos como impeditivo para uma resolução mais tranquila da prova. Contudo, não é possível afirmar que a língua de sinais não viabiliza expressar conceitos abstratos e não se pode colocar a culpa da falha no surdo, assim como expressado pelo próprio participante. Essa é provavelmente uma questão de aquisição de conhecimento e aprofundamento de conceitos de termos que geralmente são amplamente discutidos nas línguas orais, no entanto, falta intensificar esses conceitos em língua de sinais. Uma questão que merece discussão, porém, nesse espaço, não será possível realizá-la por conta do reduzido tempo.

No decorrer da nossa pesquisa, evidenciamos ainda que os estudos com gêneros textuais são relativamente recentes, considerando estes estudos atrelados à linguística na perspectiva de Bakhtin, tanto no ensino de Língua portuguesa para ouvintes como para surdos nos processos de ensino-aprendizagem do português como segunda língua. Nesse sentido, foi verificado, com essa pesquisa, o uso de alguns gêneros textuais como fábula e histórias infantis com o objetivo de propiciar o ensino de segunda língua para o estudante surdo. Todavia, algumas práticas escolares ocorrem considerando os gêneros textuais, porém, nos momentos das avaliações tanto as realizadas pelas escolas

como as avaliações nacionais da educação básica não encontramos informação de uso do gênero provas em videolibras. Com isso, a questão feita aos entrevistados sobre a realização de prova em Libras na educação básica teve a resposta unânime que nunca tinham feito prova em língua de sinais, inclusive o participante norte-americano. Neste caso, ressaltando que estudou em 1980 e que naquela época não existiam as facilidades de gravação e edição de vídeo que se tem hoje, ressalta que este não foi o principal motivo de não fazer prova direto em língua de sinais; já que entende que mesmo que tivesse estudado a partir do avanço tecnológico não realizaria prova em vídeo, pois a exigência social da escrita impossibilita que as provas sejam em língua de sinais.

Sobre isso, apontamos a fala do *participante D*:

> *Os professores me davam as perguntas em Inglês escrito eu respondia desse mesmo modo, não tinha provas em vídeo porque eu estudei em 1980 e nesse período não tinha a tecnologia que tem hoje, não tinha câmeras de vídeo para gravar facilmente como a gente grava, então os professores ensinavam em língua de sinais e a gente fazia as provas escritas... eu nunca fiz prova em língua de sinais antes do Enem (Dados do TCC, Entrevista realizada em 2019).*

Esse participante acrescenta também que fez a prova do Enem por curiosidade de saber como era uma prova em videolibras. Com isso, verificamos que os surdos nunca tinham feitos provas em língua de sinais e consideramos que isso contribuiu para s possíveis dificuldades encontradas pelos estudantes surdos no momento da prova por nunca acessarem ou realizarem qualquer atividade avaliativa a partir desse gênero, o que foi observado também por Rocha (2015), que estudou os vestibulares em Libras da UFSC e da UFSM e constatou que a maioria dos sujeitos pesquisados não está acostumada com esse tipo de prova. Por esse motivo, apontamos isso como mais uma barreira a ser enfrentada pelo estudante surdo, pois ele tem que lidar com vários fatores somados aos já comuns numa avaliação como esta, por exemplo, a presença do intérprete para informações gerais, possíveis problemas técnicos com o computador, a versão da prova em português e em Libras e a obrigatoriedade de passar essas questões para o gabarito.

Outro ponto observado na pesquisa foi a expressão de alegria dos participantes em ver uma prova na sua língua, mostraram-se tranquilos e com

seus direitos contemplados. Nessa perspectiva de direitos, eles apontam a segurança sentida no momento da redação, pois sabiam que a correção desta consideraria o português como segunda língua. Esses aspectos são evidenciados na fala de todos os participantes e trouxemos excerto da fala das *participantes B e A*, respectivamente

> *Eu me senti muito feliz com a minha língua, Libras é minha primeira língua, pois eu nasci numa família de surdos e eles sempre me ensinaram Libras, é a minha primeira língua. Fiquei muito feliz porque dava para entender tudo, eu me senti, NOSSA, igual todo mundo, eu estava muito feliz. Assim eu entendi tudo claro, já com a prova específica em português parece que tem algumas limitações então falta entendimento bom mesmo, claro (Dados do TCC, Entrevista realizada em 2019).*
>
> *Depois teve a redação e nesse momento foi muito bom para mim, foi bem melhor graças a Deus porque antes o Enem não aceitava a escrita de surdos, a forma como o surdo escreve português, mas no ano passado teve um respeito à forma do surdo escrever (entrevista realizada em 2019).*

Ainda sobre a língua, outro ponto levantado pelos entrevistados é que os três participantes brasileiros viam primeiro em sua língua de conforto, a Libras, e depois na maioria das vezes consultavam em português para confirmar o entendimento das questões. Assim, entendemos que o fato de buscarem uma confirmação na Língua Portuguesa pode estar ligado ao fato de os participantes sempre terem feito as provas nessa língua, na educação básica. No caso do entrevistado estrangeiro ele mencionou que primeiro lia em português e depois via em Libras para confirmar, afirmando ainda que português é a sua quarta língua. Isso pode também estar relacionado ao fato de ele sempre ter feito as provas na modalidade escrita da língua do seu país. De todo modo, a língua de conforto que aparece na fala da maioria dos participantes como língua inicial para a realização da prova é a língua de sinais.

Os desafios enfrentados pelos surdos na falta de contato com as avaliações em Libras na educação básica de modo algum justifica a retirada da prova do Enem em Libras, uma vez que ela de fato promove bem-estar aos surdos e representa o empoderamento dessas pessoas. Todavia, esse dado nos impele a rever as bases educacionais para a efetiva inclusão educacional das pessoas surdas, assim, como afirma Rezende (2020) são necessárias políticas

públicas em fases anteriores, que atente para a questão da educação básica, inclusive das avaliações durante o ensino e não somente no momento da prova do Enem.Com isso, o produto desta pesquisa quer apontar para a ampliação das práticas e experiências enunciativas em Libras das pessoas surdas, promovendo novas propostas curriculares de fato bilíngues; consciente e na expectativa de que as discussões não se iniciem nem tão pouco se finalizem aqui.

Como fechamento textual, reforçamos que as barreiras encontradas pelos participantes apontam a necessidade de revisão das práticas bilíngues na educação básica que são, de fato, a ponte e o "coração" para o sucesso do ingresso de estudantes surdos no ensino superior. Essa justificativa é presente quando os participantes entrevistados, a maior parte deles, apontam o seu não sucesso no ingresso em uma universidade pública, mesmo com a avaliação sendo feita na língua de sinais (Enem, 2017). Desafios de natureza tradutória da prova foram apontados pelos participantes, mas as questões mais trazidas foram sobre o não conhecimento do conteúdo que a prova trazia, o não preparo para este tipo de avaliação, em Libras, dado o estímulo de produções avaliativas em anos anteriores terem se dado na Língua Portuguesa. Não tivemos um número expressivo de entrada de estudantes surdos nem um índice de aprovação relevante e diferente de anos anteriores, isso se vê em eventos que apontam tais dados pelas instituições de ensino. Com isso temos reforça a necessidade da constância na luta pela educação bilíngue de surdos e pelo investimento destas práticas na educação básica.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec,1992.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei n. 9.394/96 – 24 de dez.1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. **Lei n.o 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf. Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 5.626. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Verde de Questões**. [S.l.: s. n.], 2017. Disponível em:http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2017/cad_10_prova_verde_5112017.pdf. Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Primeiro dia - prova de linguagens, códigos e suas tecnologias e redação - questão 6**. [S.l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (2:52). Publicado pelo canal Inep Oficial. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GW44rZSy2A0&list=PLjz5Kd6rxbE6Ax-HASlTENa0uT4bZraxG&index=12. Acesso em: nov. 2019.

CÂMARA, L. C**. A invenção da educação dos surdos: escolarização e governo dos surdos na França do século XIX**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2018. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/331198/1/Camara_LeandroCalbente_D.pdf. Acesso em: nov. 2019.

CAMPELLO, A. R; REZENDE, P. L. F. **Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro**. Curitiba Educar em Revista, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, Editora UFPR. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/06.pdf. Acesso em: nov. 2019.

CAMPOS, M. L. I.; GÓES, A. M. In. LACERDA, C. B.F. de; SANTOS, L. F. (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos – SP. EdUFSCar, 2013.
GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Autores Associados, 4o Edição. Campinas. São Paulo 2012. 4o Edição.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio**. Porto Alegre. Editora Educação e Realidade,1992.

LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B. **Uma escola, duas línguas: Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. 2a ed. Porto Alegre. Mediação, 2010.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; MARTINS, V. R. O. (orgs.) **Escola e diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos.** São Carlos: EdUFSCar, 2016.

LACERDA, C. B. F. **O processo dialógico entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos**. In: GÓES, M.C.R. & MOLKA, A.L.B, A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação. Campinas: Papirus,1997.

LACERDA, C. B. F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos** - Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007. Acesso em jun. 2019.

LODI, A. C. B.; BORTOLOTTI, E. C; CAVALMORETI, M. J. Z. **Letramentos de surdos: práticas sociais de linguagem entre duas línguas/culturas**. São Paulo.

Bakhtiniana, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/bak/v9n2/a09v9n2.pdf. Acesso em: dez. 2019.

MARTINS, V. O. LACERDA, C.B.F.de. **Educação inclusiva bilíngue para surdos: problematizações acerca das políticas educacionais e linguísticas**. Rev. educ. PUC-Camp., Campinas, 2016. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/3277. Acesso em: dez. 2019.

MARTINS, V. O. **Posição-mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/250830/1/Martins_VanessaReginadeOliveira_D.pdf. Acesso em: dez. 2019.

QUADROS, R. M. de (org.): **Estudos surdos I.** Petrópolis, RJ. Arara Azul, 2006.

RAMOS, D. M; LACERDA C. B. F. **Análise de avaliações pedagógicas propostas para alunos surdos em contexto educacional inclusivo bilíngue**. Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara. 2016. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8161. Acesso em: dez. 2019.

REICHERT, A. R. **DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA À LIBRAS: Problematizando processos de tradução de provas de vestibular.** 2015. 138 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5720/Andre+Ribeiro+Reichert_.pdf;jsessionid=43714FB90909F49E0E759812DA4F8D38?sequence=1>. Acesso em: nov. 2019.

ROCHA, L. R. M. **O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em universidades federais**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7642. Acesso em: dez. 2019.

SOUZA, R. M. Capítulo V: **Nas nervuras da história, a emergência da Língua de Sinais como Objeto de Investigação Científica. In: Que palavra que te falta? O que o surdo e sua língua(gem) de sinais têm a dizer à Linguística e à Educação.** Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 1996. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/271008/1/Souza_ReginaMariade_D.pdf. Acesso em dez. 2019.

SKLIAR, C. **Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade.** In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 7-32.

TREVISAN, S.F. **Enem em libras e a avaliação na educação básica pelo olhar dos surdos**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/ Língua Portuguesa (TILSP). UFSCar, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo. Martins Fontes, 1989